

33º ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS

GT 41 – Transformações sociais e projetos políticos em concorrência

TÍTULO DO TRABALHO - Mediação e conflitos agrários – uma reflexão sobre processos de mediação entre *quilombolas* e aparelhos de Estado

AUTORA – Profa. Dra. Maristela de Paula Andrade, PPGCS UFMA

Caxambu

Outubro 2009

Mediação e conflitos agrários – uma reflexão sobre processos de mediação entre *quilombolas* e aparelhos de Estado

1. Introdução

1.1 - Os *quilombolas*: um novo sujeito de direitos, um novo campo de estudos, novos mediadores

Desde 1988, quando se insere na Constituição o Artigo 68, resultado do reconhecimento do Estado Brasileiro de sua dívida para com os descendentes de escravos¹, e a partir de quando milhares de grupos camponeses², em todo o Brasil, passam a adotar a identidade de *quilombolas* para interlocução com a burocracia estatal, muito se tem escrito sobre eles. Passaram a circular nos meios acadêmicos tanto elaborações teóricas, com o objetivo de construir modelos explicativos que pudessem contribuir para a interpretação das transformações sociais e dos problemas provocados pelo surgimento desse novo sujeito de direitos, inclusive ressemantizando velhos conceitos³, quanto trabalhos etnográficos, ancorados no registro e análise de situações empíricas

¹ No artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição de 1988, o legislador institui os “remanescentes das comunidades de quilombos”, como se existissem indivíduos isolados nessas condições. Posteriormente, os movimentos sociais ligados às lutas desses camponeses pelo reconhecimento e titulação de seus territórios passaram a adotar a expressão “comunidades de remanescentes de quilombos”, enfatizando o caráter coletivo da existência desses indivíduos. Mais tarde ainda, com o avanço das lutas por aquele reconhecimento, esses grupos passaram a adotar a auto-denominação de *quilombolas* e não de *remanescentes*, de modo a não reforçar o caráter de restos, resquícios de uma situação anterior, enfatizando sua existência no presente. Uma genealogia do emprego de termos como *pretos*, *terras de preto*, *quilombos*, *remanescentes de quilombos* e outras foi realizada em outro texto. Ver PAULA ANDRADE, Maristela de. “De pretos, negros, quilombos e quilombolas – notas sobre a ação oficial junto a grupos classificados como remanescentes de quilombos”. In: *Boletim da Rede Amazônia*, ano 2, nº1, 2003, pp. 37-47

² O debate sobre o conceito de camponês, na literatura antropológica, é bastante amplo e não vamos retomá-lo aqui. Neste texto, o estaremos utilizando num sentido igualmente largo, para indicar grupos que vivem fundamentalmente do cultivo da terra, da exploração dos recursos pesqueiros, da extração de recursos florestais e animais, com base no trabalho familiar. No caso de Alcântara esses grupos o fazem articulando sistemas de apropriação e manejo que combinam o usufruto comum e a apropriação privada (familiar) desses recursos. A grande transformação provocada pela Aeronáutica foi transformar esses grupos, compulsória e abruptamente, de campesinato de terras de uso comum em campesinato parcelar, instalando as famílias em lotes nas chamadas *agrovilas*.

³ Ver ALMEIDA, Alfredo W.B.de - “Quilombos: sematologia face a novas identidades”, in: *Frechal-Terra de Preto - quilombo reconhecido como reserva extrativista*, São Luís: PVN/SMDDH/CCN, 1996; “Quilombos: tema e problema”, in: *Jamary dos Pretos - terra de mocambeiros*. São Luís: PVN/CCN/SMDDH, 1998 a; “Os quilombos e as novas etnias” – é necessário que nos libertemos da definição arqueológica”, 1998 b (mimeo).

particulares. cremos, porém, que pouca atenção se tem sido dada ao fato de que, para existirem publicamente, para realizarem a interlocução política com instituições supra comunitárias, esses grupos passaram a depender de toda uma rede de mediadores, desde aqueles que foram erigidos como seus próprios representantes, aos antropólogos (que foram conclamados a dizer quem eram esses sujeitos de direitos), aos advogados (atuando em entidades não governamentais ou dentro do próprio Estado), aos funcionários de órgãos oficiais, aos gestores públicos e de empresas. Enfim, toda uma gama de agentes sociais especializados no que se poderia denominar de *questão quilombola*, passaram a deter a autoridade para dizer quem são, onde e como vivem e quais os direitos desses grupos.

Ao passarem a existir como sujeitos políticos coletivos criaram-se movimentos, associações, entidades, em nível estadual, nacional ou local, no âmbito das quais mandatários passaram a assumir o papel de porta vozes (BOURDIEU, 1984), atuando em organizações específicas, que se fundam sobre recortes étnicos e raciais, para além dos sindicatos de trabalhadores rurais. Espalhados em vários povoados do interior de praticamente todas as unidades da federação, esses grupos já existiam conforme diversificadas formas de organização social e compartilhamento de identidades específicas várias, construídas historicamente, a maior parte delas ancoradas em fundamentos étnicos⁴. Já vinham lutando pela permanência em seus territórios, por meio do

⁴ É significativa a produção em torno da existência desse campesinato de uso comum que, atualmente, se classifica sob a rubrica de *quilombolas*. Para o caso do Maranhão, ver, dentre outros: Aniceto Cantanhede Filho, *Aquí nós somos pretos: um estudo de etnografias sobre negros rurais no Brasil*. Dissertação apresentada de mestrado em antropologia social. Brasília:UnB, 1996; Silvanete Matos Carvalho, *Remanescentes de quilombos- uma análise das relações de poder acionadas em torno de conflitos sociais de caráter étnico*. Dissertação de mestrado em Políticas Públicas. PPGPP/UFMA, 2001; Carlos Aparecido Fernandes, *Remanejamento compulsório de segmentos camponeses – o caso do Centro de Lançamento de Alcântara*. Relatório de pesquisa apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão. São Luís: UFMA. 1993; Carlos Aparecido Fernandes. *Caracterização Geral das Terras de Preto do Município de Alcântara*. Relatório apresentado à Fundação Palmares. São Luís: PPGPP/UFMA, 1998; Luiz Fernando do Rosário Linhares, *Terra de Preto, Terra de Santíssima: da desagregação dos engenhos à formação do campesinato e suas novas frentes de luta*. Dissertação dissertação de mestrado em Políticas Públicas. São Luís:PPGPP?UFMA, 1999; Luiz Fernando do Rosário Linhares. "Quilombos no Brasil: os conflitos em busca da inclusão". In: *Direitos Humanos Negro e Educação*. Uberaba: Intergraf, 2003; Cynthia Carvalho Martins. *Os trabalhadores rurais de Cajueiro e o Centro de Lançamento de Alcântara - ação oficial e a transformação compulsória de um campesinato de terras de uso comum em campesinato parcelar*. Monografia. Monografia de conclusão de graduação. São Luís:Curso de

sindicato de trabalhadores rurais, de associações de moradores no nível do povoado, com apoio da Igreja Católica e de outros mediadores tradicionais⁵, conforme cada conjuntura. A partir de 1988, novas entidades de representação assumiram papel de intermediação, agregando-se àqueles mediadores mais tradicionais.

Alguns autores viram nesse processo o resultado do esgotamento das formas clássicas de representação e de mobilização política – o Sindicato, o partido político – e a inauguração de outras, mais plásticas e diversificadas, construídas a partir de situações localizadas e específicas, e com base em identidades como as de *atingidos*, pela construção de barragens, hidroelétricas, portos, indústrias ou outros empreendimentos de grande porte (ALMEIDA, 1984).

Em alguns casos essa identidade foi provocada pela própria ação oficial – caso dos *atingidos* já referidos – e, em outros, assistiu-se a uma passagem ou uma combinação de antigas categorias de autodenominação como *pretos*, *moradores de terras de preto*, *de terras de santo*, *de terras de índio*, ressaltando o seu fundamento étnico, para a de *quilombolas* simplesmente. Os movimentos, entidades, organizações da sociedade civil ligadas ao chamado *movimento negro* passaram a utilizar a expressão *comunidades negras rurais* e, atualmente, *comunidades negras rurais quilombolas*. Os aparelhos de estado, por sua vez, numa *estratégia da condescendência* (BOURDIEU, 1994, p.121) passaram a adotar vários desses termos e expressões.

Neste artigo pretendemos problematizar o fato de que para existir publicamente, para encaminhar suas reivindicações, os *quilombolas* passaram a depender de uma grande diversidade de estruturas e agentes de mediação que se interpuseram entre eles e a nação, para utilizar os termos de Wolf (2003, p.

Ciências Sociais/ UFMA, 1994; Flávio Pereira da Silva, *Terra de preto – quilombo?* Monografia de conclusão de graduação. Curso de Ciências Sociais/UFMA, 2001. Flávio Pereira da Silva. *A comunidade dos pretos do Castelo*. Dissertação de mestrado em ciências sociais. São Luís: PPGCS UFMA, 2005; Benedito Souza Filho, *Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum*. Dissertação de Mestrado em antropologia social. Belém: PPGAS/UFPA, 1998.

⁵ Wolf (1984 p.12) se refere aos grupos de mediadores tradicionais, no caso dos camponeses, como sendo o proprietário de terras, o comerciante, o chefe político, o sacerdote.

75) quando trata seu material sobre o México e analisa “a rede de relações de grupos que conecta as localidades e as instituições nacionais”⁶:

No caso de Alcântara essas redes se estendem entre as localidades e organismos nacionais e supra nacionais como a OEA e a OIT. A ligação dos autodenominados *quilombolas*, ou seja, de famílias de camponeses, pescadores, artesãos, extrativistas, espalhados em povoados do interior, e até mesmo grupos em áreas urbanas, de estados de todo o Brasil, passou a se realizar com essas instituições nacionais e supra nacionais por meio de toda uma rede de mediadores, constituída por antropólogos, advogados, parlamentares, integrantes do Ministério Público, pesquisadores, clérigos, jornalistas e outros profissionais, que passaram a apoiá-los em suas reivindicações e a realizar a mediação entre eles e a sociedade mais ampla. Suas reivindicações passaram a alcançar as instituições nacionais por meio de uma série de porta-vozes, agentes sociais por sua vez também organizados em movimentos e associações, instituídos como os que passaram a deter a fala autorizada nos assuntos relativos aos *quilombolas*.

Pensamos ser interessante, portanto, neste artigo, tomar para objeto questões relativas à delegação, às formas de representação e às contradições advindas da movimentação desses intermediários⁷ que se colocam entre os

⁶ Essa não é uma questão presente apenas no caso dos *quilombolas*. Para existir publicamente como sujeito político coletivo, para sair da condição da existência atomizada e ser reconhecido como sujeito de direitos, qualquer segmento ou categoria social necessita de porta-vozes que falem em seu nome, que façam com que o problema vivido individualmente, privadamente, se imponha na arena pública como problema social. No caso do movimento feminista, ver exemplo trabalhado por Remi Lenoir, “Objeto Sociológico e Problema Social”, in Champagne, P. et alli. Introdução à Prática Sociológica. São Paulo: Vozes, 1998, pp 85-88. Neste caso o autor demonstra como problemas cotidianos vividos por mulheres ganham expressão pública no início do séc. XX por meio da atuação de romancistas e jornalistas mulheres e, sobretudo, no desenvolvimento de uma “imprensa feminina”.

⁷ Sydel Silverman ao se utilizar do conceito de mediadores, tal qual formulado por Eric Wolf, lembra que há uma distinção entre *intermediários* e *mediadores*. O mediador seria um tipo de intermediário que preencheria duas condições: a atuação em posições críticas para a estrutura tanto do sistema nacional quanto local e a exclusividade em sua posição. Sendo assim, o número de mediadores seria restrito. Citando Wolf a autora lembra: “One of the more promising efforts to describe this interaction has been the concept of the “mediator”, an individual or group that acts as a link between local and national social systems. Wolf introduced the idea of the cultural “broker” in a discussion of data from México, defining as “brokers” the “groups of people who mediate between community-oriented groups in communities and nation-oriented groups which operate through national institutions (wolf, 1956:1075)” (SILVERMAN, 1975, p. 293-294). Os mediadores, de acordo com Wolf, seriam aquelas pessoas que assumiriam posições chave nessa rede que se estende desde as comunidades, entendidas como sistemas locais, até o

quilombolas e os aparelhos de estado e outras instituições, tendo como inspiração situações empíricas apreendidas em contexto de trabalho de campo. Tentaremos refletir, também, sobre as estratégias de abordagem e de tentativa de submissão ou de cooptação dos *quilombolas*, de parte de instituições nacionais – oficiais ou privadas – que se utilizam, para tanto, da intermediação de agentes sociais locais.

1.2 – O Centro de Lançamento e os *quilombolas* de Alcântara

Antes de entrar, propriamente, na discussão central desse artigo – o papel dos mediadores – cremos ser necessário situar o leitor quanto ao caso de Alcântara, ao menos em grandes linhas.

Imaginada pelos militares nos anos 80 como um “vazio demográfico”, Alcântara tornou-se um problema – jurídico e fundamentalmente social – a partir da Constituição de 1988, que garantiu aos chamados *remanescentes de quilombos* o direito a titulação de seus territórios.

Em 2004, como resultado da luta pela permanência em seu território, o que resultou na elaboração de um laudo antropológico solicitado pelo do Ministério Público Federal⁸, a Fundação Palmares, do Ministério da Cultura, reconheceu o território étnico de Alcântara, integrado 152 comunidades, termo aqui utilizado como unidades sociais registradas em localidades chamadas *povoados*.⁹ As famílias que integram essas unidades sociais vivem da pesca, da agricultura, do extrativismo, baseando-se sua economia no uso comum dos

sistema nacional, com seu grande leque de instituições e aparatos. Diferentemente de qualquer outro intermediário (um caixeiro viajante, por exemplo, que transita pelos povoados vendendo mercadorias e apresentando novidades do mercado “lá fora” ou do pesquisador, que está em contato com o grupo e se envolve politicamente nas questões que dizem respeito aos “seus nativos”⁷), o mediador para Wolf, também denominado de “cultural broker”, é aquela pessoa que “stand guard over the critical junctures or synapses of relationships which connect the local system to the larger whole” (Wolf, 1956:1075, apud Silverman, 1973, p. 294).

⁸ O laudo pericial foi elaborado por Alfredo Wagner Berno de Almeida e se transformou em livro. Ver Almeida,

⁹ Posteriormente, em estudos realizados pelo INCRA MA, que subsidiaram a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, primeira etapa do processo administrativo com vistas à titulação do território, os técnicos desse órgão registraram como tal 157 povoados onde residiriam 3500 famílias totalizando cerca de 17.500 pessoas.

recursos naturais. Constituem-se como *populações tradicionais* segundo a legislação nacional e internacional. São grupos protegidos por lei pelo fato de sua dinâmica cultural representar patrimônio contemplado na Constituição Federal (Artigos 215 e 216 e Artigo 68 dos ADCT) e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário.

Alguns anos após um decreto de desapropriação por utilidade pública, em 1980, 312 dessas famílias foram arrancadas dos seus lugares, à beira do oceano, e instaladas em lotes, nas chamadas *agrovilas*. Nesses novos locais não podem se reproduzir material e socialmente, pois, dentre outros fatores, tais áreas são distantes do mar e constituídas de solos arenosos, o que inviabiliza tanto a pesca quanto a lavoura. Ainda hoje não receberam títulos das terras e das casas a elas entregues pela Aeronáutica após o deslocamento compulsório e os jovens casais são proibidos de aí edificar novas residências. Tal situação pode ser considerada como de limpeza étnica, pois as jovens gerações são obrigadas a migrar para a periferia de Alcântara e de São Luís, proibidas de viver nos territórios de seus ancestrais.

O Brasil responde perante a Câmara Interamericana de Direitos Humanos da OEA pelo fato de ter tratado esses brasileiros como não cidadãos, além de ter provocado uma grave desestruturação ambiental e social no município como um todo¹⁰. Nas *agrovilas* famílias foram separadas, sua soberania alimentar foi duramente atingida, a realização de festas e rituais foi seriamente comprometida e impedido o contato com cemitérios antigos.

Há também uma ação interposta junto à OIT – Organização Internacional do Trabalho – no mesmo sentido, já que são cerca de trinta anos de descumprimento da legislação, de desrespeito a acordos lavrados em cartório ou estabelecidos judicialmente. No litoral a luz elétrica e o telefone chegaram há pouco tempo.

Recentemente, as famílias que permaneceram no litoral do município foram atingidas pela ação de empresas ligadas à Alcântara Cyclone Space,

¹⁰ Em outubro de 2008 o Sr. Leonardo dos Anjos e Sra. Militina Serejo, de Brito e Mamuna respectivamente, estiveram, como petionários, junto a essa Comissão, em Washington, prestando depoimentos. Estiveram também na condição de perita e de advogada dos petionários a autora deste artigo e a advogada da ONG Justiça Global, Luciana Garcia.

binacional brasileiro-ucraniana, cuja constituição está relacionada à expansão do Centro de Lançamento de Alcântara, por meio da qual o Brasil pretende alugar a base de lançamento a países estrangeiros.

Em 2008, passados oito anos da instauração de uma ação civil pública, no âmbito da qual o Ministério Público cobra do Estado Brasileiro a titulação do território quilombola, empresas contratadas pela binacional brasileiro-ucraniana Alcântara Cyclone Space intrusaram povoados do litoral onde pretendiam implantar inicialmente seis e, depois, três sítios de lançamento. Ali, realizaram inúmeras perfurações, suprimiram vegetação sem licença do IBAMA, destruíram caminhos e roçados, devastando margem de rios. Ameaçadas em suas condições de existência, as famílias reagiram, instalando barreiras e obrigando as empresas a se retirar.

Diante da resistência das famílias, em fins de 2008 foi homologado um acordo judicial acerca da titulação do território, segundo o qual as empresas não realizariam quaisquer obras no território quilombola, recuando para dentro dos 8700 hectares já detidos pelos militares. As partes se comprometiam, ainda, a não recorrer judicialmente, porém o governo brasileiro já desrespeitou esse acordo, tendo o Ministério da Defesa recorrido da decisão.

A atuação dessas empresas corresponde a múltiplos interesses atuais envolvendo o governo brasileiro e empresas do ramo aeroespacial, guardando íntima relação com uma história de interferência sobre a vida desses grupos, que se estende por mais de vinte anos. O que se constata no momento, tanto nas *agrovilas* quanto nesses povoados do litoral, é resultado de um processo histórico que se desenrola por quase três décadas.

Os povoados Mamuna, Baracatatiua, Brito, Mamuninha, Retiro, Mato Grosso, Itapera, Canelatiua, Ponta de Areia e outras localidades, classificados, de acordo com uma taxonomia nativa, de *beira de costa*. Conforme demonstramos em outro trabalho¹¹ as famílias desses povoados de *beira de costa* são responsáveis, hoje, pela produção e manejo dos estoques de

¹¹ PAULA ANDRADE, Maristela e SOUZA FILHO, Benedito (orgs). *Fome de Farinha – deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara*. São Luís:Edufma, 2006.

alimentos não apenas às comunidades em questão, mas também àquelas das *agrovilas*.

O uso comum dos recursos naturais, característica fundamental da economia desses grupos, além de obedecer a regras específicas, definidas coletivamente e acatadas de modo consensual, são orientadas por princípios de base étnica que, por um lado, garantem o atendimento das necessidades imediatas e, por outro, a preservação dos recursos para apropriação futura. Essa forma de se relacionar com o ambiente natural define uma sustentabilidade ecológica¹² própria, orientada pelo que a antropologia denomina de *saber local*¹³, por um *savoir faire* camponês, caracterizando uma *arte da localidade*¹⁴.

Esses sistemas de conhecimento, esse modo de se relacionar com a natureza, essas formas de organização social, com suas especificidades sociais, históricas e étnicas, têm sido utilizadas como referências na caracterização desses grupos como *remanescentes de quilombos e populações tradicionais*¹⁵. Não por serem considerados resquícios do passado que, rigidamente, se conservem e se reproduzam ao longo do tempo, mas por sua dinâmica interna representar um patrimônio social e cultural contemplados tanto na Constituição Federal (Artigos 215 e 216 e Artigo 68 dos ADCT) quanto na Convenção 169, da qual o Brasil é signatário.¹⁶

¹² LIMA, Deborah e POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. In: *Estudos Avançados*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 45

¹³ Sobre os sistemas de conhecimento nativos ou saber local, vide ESCOBAR, Arturo. "El Lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o posdesarrollo". In: Viola, Andreu (comp.) *Antropología del desarrollo. Teorías y estudios etnográficos en América Latina*. Barcelona :Paidós, 2000. pp.169-216

¹⁴ Ainda sobre os sistemas de conhecimento nativo e sobre a *arte da localidade*, vide VAN der PLOEG, Jan Douwe. "Sistemas de conocimiento, metáfora y campo de interacción: el caso del cultivo de patata en el altiplano peruano". In: Viola, Andreu (comp.) *Antropología del Desarrollo – teorías y estudios etnográficos em América Latina*. Barcelona: Paidós, 2000. pp. 360

¹⁵ Sobre o conceito de *terras tradicionalmente ocupadas* ver ALMEIDA, Alfredo Wagner. *Terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus:PPGSCA/UFAM, 2006b.

¹⁶ A este respeito Daniel Sarmento, Procurador da República diz: "quando se permite o desaparecimento de um grupo étnico perdem também todos os brasileiros, das presentes e futuras gerações, que ficam privados do acesso a um 'modo de criar, fazer e viver' que compunha o patrimônio cultural do país" (SARMENTO, Daniel. "A garantia do direito à posse dos remanescentes de quilombos antes da desapropriação". IN: <http://www.cpisp.org.br/>. Visitado em 04 de setembro de 2007).

1.3 – O lugar e a posição da pesquisadora

O material empírico que suscita as reflexões apresentadas a seguir se origina de trabalhos de campo realizados em Alcântara, no Maranhão, em povoados diretamente atingidos pela implantação e tentativa de expansão do Centro de Lançamento de Alcântara e integrantes de um território atualmente reconhecido por setores do governo brasileiro como devendo ser titulado aos *quilombolas*¹⁷. Refere-se ainda, a resultados de pesquisas realizadas para fins acadêmicos e de formação de alunos; a levantamentos para a produção de peças solicitadas Ministério Público Federal no Maranhão¹⁸ ou para a redação de artigos veiculados em periódicos de grande circulação nacional; a sistematização de informações para subsidiar a ação dos chamados *atingidos* em situações diversas de interlocução com seus antagonistas. Esse material empírico diz respeito, ainda, a organização de informações para atuação como perita em audiência na Comissão de Direitos Humanos da OEA, juntamente com dois representantes dos *quilombolas*.

Neste sentido, pode-se dizer que o trabalho ora apresentado resulta da adoção de uma perspectiva próxima daquela classificada como *sociologia pública*, tal qual conceituada por Burawoy (2006) ou da *antropologia do desenvolvimento* como entendida por Viola (2000), Olivier de Sardan (1995) e Bierschenk (2008).¹⁹ Resulta, portanto, do envolvimento com o caso de Alcântara desde a participação como antropóloga no Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário, antigo MIRAD, no período chamado da Nova República, entre 1985-1987. Depois disso, vimos nos inserindo em trabalhos de

¹⁷ Apesar de a Fundação Cultural Palmares ter reconhecido numa faixa contínua, o território ocupado por cerca de 187 povoados quilombolas, o que constituiria o território étnico de Alcântara, tal como caracterizado no laudo pericial; apesar de existirem acordos judiciais homologados pela Justiça Federal no Maranhão, reconhecendo que o Estado Brasileiro, por meio de seus órgãos específicos, deva titular essa grande área e entregá-la aos quilombolas, outros setores como a Casa Civil, o Gabinete de Segurança Institucional, o Ministério da Defesa, têm interferido politicamente e, de fato, a portaria do INCRA que delimita o território nunca foi publicada.

¹⁸ Cf. informação técnica encaminhada ao Ministério Público sob o título “Impactos dos trabalhos desenvolvidos pela ATECH/ACS sobre as populações tradicionais da região de Alcântara/MA”. São Luís:PPGCS/UFMA, jan/2008.

¹⁹ Não é nosso objetivo discutir, aqui, as possibilidades e limites dessas modalidades de antropologia e de sociologia, coladas à aplicabilidade imediata do conhecimento produzido.

pesquisa sobre a insegurança alimentar provocada pela implantação do Centro de Lançamento em povoados de pescadores e pequenos agricultores, com recursos do antigo Ministério Extraordinário de Segurança alimentar – MESA – e do CNPq²⁰; sobre as estratégias de resistência camponesa ancoradas em identidades étnicas; sobre os sistemas de conhecimento, apropriação e manejo dos recursos naturais por esses grupos étnicos vis-à-vis as transformações provocadas pela implantação da Base e, finalmente, sobre as referências culturais do patrimônio imaterial desses grupos com recursos do IPHAN²¹.

Ao longo dessas décadas que transcorrem entre 1985 e os dias de hoje, tivemos a oportunidade de acompanhar a movimentação dos atuais *quilombolas* em sua interlocução com parlamentares, representantes de órgãos oficiais brasileiros e internacionais, como a ONU e a OEA, além da empresa Alcântara Cyclone Space e suas contratadas.

Nesses trabalhos tivemos a oportunidade de conviver com os moradores de povoados situados no litoral do município ou nas chamadas *agrovilas*, onde famílias foram assentadas compulsoriamente pelos militares nos anos 80. Essa convivência vem se dando em suas próprias casas, nos seus lugares de residência e trabalho e também durante a realização de audiências públicas na sede do município, nos povoados ou na capital São Luís. São audiências oficiais, assembléias, reuniões, que envolveram a presença não apenas de representantes dos povoados, mas também daqueles de entidades de assessoria e apoio tanto de Alcântara como de São Luís ou de outros estados do Brasil, além de parlamentares, representantes de organismos internacionais, funcionários de empresas interessadas no Centro de Lançamento, representantes de ministérios e órgãos governamentais.

²⁰ Ver PAULA ANDRADE, M. e SOUZA FILHO, B. *Fome de farinha – deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara*. São Luís: EDUFMA, 2006.

²¹ Consulte-se PAULA ANDRADE, M. e SOUZA FILHO, B. “Inventário das Referências Culturais do município de Alcântara”, São Luís: IPHAN MA, 2009.

2. Os mediadores, os *quilombolas* e as situações de conflito com a Alcântara Cyclone Space

Como vimos até aqui, constata-se que o surgimento desse novo sujeito de direitos provocou transformações em vários campos, seja o intelectual, o jurídico, o da própria organização desses camponeses e seus mediadores, o dos aparelhos de estado e das políticas públicas. A partir de 1988, registra-se um esforço de parte de historiadores, arqueólogos, mas, principalmente, de antropólogos, para elaborar um arcabouço conceitual de modo a renovar os modelos explicativos e, assim, dar conta dos processos sociais que eclodiram em todo o país envolvendo esses novos sujeitos de direitos. No caso dos estudos do campesinato maranhense, se nos anos 70 as categorias analíticas adotadas eram as de *propriedade comunal, campesinato comunal* (MOURÃO, 2007) (PRADO, 2007), no final dos 80 e nos 90 a categoria analítica que se impôs adotou os termos da categoria nativa *uso comum* para indicar o sistema específico de apropriação e manejo da terra e demais recursos básicos, passando-se a falar em *terras de uso comum* (PAULA ANDRADE, 1999).

Por outro lado, o Estado por meio de seus diferentes aparelhos, paulatinamente, a partir dos anos 90, também tenta ir ao encontro das demandas desses grupos, promovendo políticas públicas específicas e adotando o uma “estratégia da condescendência”. Os aparelhos de Estado buscam, estrategicamente, adotar a mesma linguagem dos movimentos aos quais se dirige. Assiste-se a uma etnicização das políticas públicas, aparecendo na agenda dos órgãos governamentais, sobretudo dos anos 90 em diante, uma série de programas e projetos específicos para *quilombolas*, como se não fosse tarefa do Estado levar eletrificação rural, educação, infra-estrutura a todas as comunidades rurais e não apenas àquelas que fossem identificadas, classificadas, reconhecidas como *quilombolas*. No caso de Alcântara, no auge da resistência à expansão do Centro de Lançamento de Alcântara e da luta pelo reconhecimento e titulação do território *quilombola*, chegou-se a assistir a

presença combinada de 11 ministérios e a proposta de deflagração de 166 ações oficiais no município ²².

Paralelamente, surgem e se reforçam estruturas de mediação que se interpõem entre a sociedade mais ampla e os camponeses que adotam a identidade de *quilombolas* – associações em nível municipal, estadual e nacional, movimentos organizados, entidades de apoio e assessoria. O Estado elege alguns agentes, no âmbito dessas organizações que falam em nome dos *quilombolas*, com representação estadual e nacional, para serem os interlocutores privilegiados na implementação de políticas específicas de recorte étnico para esses segmentos. Pode-se dizer que essas organizações, fundadas para articular as ações com vistas à defesa dos direitos dos *quilombolas*, principalmente àquele relativo à titulação dos territórios desses grupos, se especializaram na gestão de recursos públicos e passaram a se constituir em interlocutores exclusivos dos órgãos estatais, elidindo a presença do órgão de classe dos trabalhadores rurais.

Estamos diante, portanto, de vários processos sociais que transcorrem em distintos campos – acadêmico-científico, da burocracia estatal, da sociedade civil – envolvendo porta vozes dos *quilombolas*, produtores de conhecimento, funcionários de órgãos oficiais, representantes do Estado, operadores do Direito e de empresas estatais e privadas, agentes de organizações da sociedade civil, em vários estados da federação.

Tais processos dizem respeito, em última instância, aos conflitos envolvendo a existência de grupos que reivindicam um passado escravo como fundamento do direito à permanência em seus territórios. A própria discussão acerca da distinção dos conceitos de *terra* e *território* ganha a cena acadêmica, jurídica e política, envolvendo distintas posições entre aqueles que se fixam nos direitos patrimoniais e aqueles que defendem os direitos mais amplos de grupos étnicos.

Em Alcântara as lutas contra a implantação do Centro de Lançamento, também chamado genérica e simplesmente de Base, transcorrem ao longo dos

²² A avaliação da elaboração e implementação dessas políticas merece reflexão em outros trabalhos.

últimos 24 anos e ganha um de seus marcos na tentativa das famílias de reagir contra o deslocamento compulsório promovido pelos militares nos anos 1985 e seguintes. Naquele momento, o órgão de classe dos trabalhadores rurais²³ assume a liderança dessas lutas, apoiado, por sua vez, em mediadores externos – intelectuais – principalmente antropólogos –, religiosos, advogados. Mais tarde, já no final dos anos 1990, surge um movimento de autodenominados *atingidos* pela Base de Alcântara e, nos anos que se seguem, há um afastamento das antigas lideranças sindicais do controle e direção das lutas num momento em que já está em jogo não mais a implantação, mas a expansão da Base.

Paralelamente, e por volta do mesmo período, no metade dos 90, surgem organizações de *comunidades negras rurais quilombolas* em nível estadual e nacional, as quais foram conclamadas a se associar centenas de comunidades espalhadas por vários municípios. Tais organizações passaram a gerenciar recursos para os chamados “projetos”, como resultado das políticas de recorte étnico implementadas nos dois governos Lula. Outras entidades estaduais ligadas ao *movimento negro* ou de apoio às lutas camponesas e em prol dos direitos humanos perderam protagonismo nesse momento, assim como a luta pela terra deixou de estar no foco das mobilizações. A gestão de projetos de construção de casas de farinha, de residências, de inclusão digital e outras iniciativas voltadas à atuação junto à criança quilombola, ao jovem quilombola, à mulher quilombola, passou a contrastar com a mobilização nas décadas anteriores, quando a luta pela terra mostrava sua face mais aguda, com altos índices de despejos, destruição de casas, assassinatos de camponeses, de líderes religiosos e outros profissionais a eles ligados. Naquelas décadas, as atividades das entidades de apoio e assessoria se voltavam maciçamente para a assistência jurídica e os advogados apareciam como mediadores fundamentais entre as camponesas e as instituições nacionais.

No caso de Alcântara, o movimento que surge no final dos 90, enfatizando a situação dos *atingidos pela Base*, termina se fundindo com as

²³ Atualmente há duas entidades de representação dos trabalhadores rurais, no município e em nível estadual

movimentações dessas organizações de *comunidades negras rurais*, entidades tornadas as principais clientes das políticas governamentais e as interlocutoras oficiais para assuntos atinentes aos quilombolas. Seus dirigentes passam a se constituir como interlocutores privilegiados em Brasília, para assuntos *quilombolas*, terminando por sobrepor a delegação para tratar de políticas públicas àquela para intermediar a resolução dos conflitos entre *atingidos* e a Base. Muitas vezes, a negociação dos chamados *projetos* termina elidindo as exigências de embates com os órgãos oficiais, uma vez que os intermediários que discutem políticas e benefícios para os *quilombolas* são os mesmos porta-vozes das reivindicações dos *atingidos* de reconhecimento e titulação do território étnico de Alcântara.

Em grande parte dos casos esses mandatários de organizações de perfil étnico e racial, constituídos como porta-vozes dos *quilombolas*, são oriundos dos próprios povoados que passam a ser designados de *comunidades negras rurais*. Alguns deles, a partir do controle dessas organizações, passaram a ocupar cargos dentro dos aparelhos de estado, em nível estadual ou nacional, mudando de posição, mas conservando sempre a função de mediadores entre os *quilombolas* e as instituições nacionais. Há, porém, situações específicas em que esses que passam a ser os representantes, a falar em nome de, a representar os *quilombolas*, são pessoas de origem camponesa, porém já radicadas no meio urbano e com habilidades e capital cultural distintos daqueles detidos pelos que vivem nos povoados, cultivando e pescando. Há situações, inclusive, de indivíduos que, tendo origem camponesa e tendo ocupado cargos em instituições nacionais, tornam-se esses interlocutores bilíngües, ou seja, que podem falar a língua dos representados e, ao mesmo tempo, se comunicar com as instituições nacionais. Conquistam o papel de porta vozes pelo fato de se comunicarem com os dois sistemas – local e nacional – fluentemente.²⁴

²⁴ Em trabalhos de campo realizados entre os Tenetehara, nos idos de 1970, no âmbito da Comissão Pró Índio do Maranhão, observávamos que muitos indígenas que haviam morado com não indígenas na infância e juventude, tinham servido ao Exército, na volta a sua comunidade tornavam-se lideranças e mediadores entre uns e outros. A idéia de que eram uma espécie de intermediário politicamente bilíngües nos surgiu naquele momento, em discussões com Murilo Santos.

Deste modo, os *quilombolas*, como sujeito coletivo, passam a estar conectados com grupos na sede do município, na capital do estado e na capital do país, por meio de relações com ex integrantes de suas próprias comunidades ou de pessoas da sede do município galgaram postos nessas organizações representativas e que controlam poder e recursos fora dessas comunidades. São integrantes de grupos orientados para a nação, para utilizar os termos de Wolf (2003, p. 73-91) que fazem a mediação entre o todo maior e os grupos orientados para a comunidade. Estes grupos orientados para a comunidade são formados por pessoas que residem nos povoados, cultivando e pescando e, muitas vezes, exercendo o cargo de professores que residem no local. Atualmente, são dirigentes de associações de moradores, que cuidam dos interesses das famílias que residem no local.

Conforme Wolf, nessa malha de conexões característica das sociedades complexas, as funções de mediação implicam no exercício do poder de algumas pessoas sobre outras, provocando conflitos e acomodações tanto no nível local (dos povoados, das comunidades), quanto em nível supracomunitário. Nesses processos são estabelecidas alianças em que agentes locais buscam reconhecimento externo e podem adotar um comportamento manipulador a fim de atingir seus próprios interesses. “Eles se tornam os ‘intermediários’ econômicos e políticos das relações nação-comunidade, função que traz suas recompensas”. Esses “indivíduos capazes de atuar em termos de expectativas tanto orientadas para a comunidade como para a nação tendem a ser selecionados para a mobilidade. Eles se tornam os ‘intermediários’ econômicos e políticos das relações nação-comunidade, função que traz suas recompensas” (WOLF, 2003, p. 83).

Entre o mandato para falar em nome de e a usurpação da palavra do outro, da posição do outro, o limite é tênue. Mesmo porque essas organizações de representação estadual e nacional passam a se mover em arenas onde se disputam interesses diversos, o que resulta em conflitos, no estabelecimento de alianças, em acomodações distintas. Nessa arena, das quais o antropólogo não se furta, esses intermediários se movem também a partir de múltiplos

interesses. O caráter desinteressado da delegação nada mais é que uma das faces da usurpação, do “mistério do ministério” (BOURDIEU, 1984).

Desde o surgimento dos *quilombolas* como novos sujeitos de direitos desenha-se, portanto, em todo o país e, no caso analisado, em Alcântara, uma arena em que se movem integrantes das próprias comunidades, seus porta vozes colocados na sede do município e na capital do estado representando as organizações de *comunidades negras rurais*, assim como funcionários de órgãos oficiais. Advogados e outros profissionais atuando em entidades não governamentais e em entidades confessionais, antropólogos realizando pesquisas na área e atuando no INCRA, parlamentares de todos os matizes ideológicos e partidários, integram essa arena onde se disputa a autoridade da fala legítima em nome desses sujeitos e onde se enfrentam, também, diferentes interesses na condução do que parece ser o móvel de todos – a titulação do território *quilombola* e a defesa dos direitos desses homens e mulheres.

3. A relação com os mediadores – duas situações emblemáticas

Para o caso de Alcântara, gostaríamos de examinar duas situações que nos parecem emblemáticas dos conflitos e acomodações de que fala Wolf, envolvendo os *quilombolas* dos povoados e os agentes colocados nas diferentes redes de mediação, dentre as quais poderíamos distinguir, grosso modo, pelo menos duas – aquela constituída por organizações de recorte étnico e racial e que assumem a representação dos quilombolas em nível estadual e nacional, e organizações da sociedade civil que se colocam como assessores e apoiadores desses grupos.²⁵

Em 2008 se inicia o que as empresas denominam de “serviços de pré engenharia” em áreas indicadas pela Agência Espacial Brasileira como próprias para a expansão do Centro de Lançamento de Alcântara, nas quais se edificariam novos sítios de lançamento a serem explorados pela empresa

²⁵ Certamente a complexidade e a dinâmica que envolvem a movimentação dessas redes exigiria esforços de interpretação que excedem as pretensões desse artigo.

binacional brasileiro-ucraniana e por outros países com os quais o Brasil viria, futuramente, a estabelecer acordos. Passou a estar em jogo a apropriação de ampla faixa do território quilombola de Alcântara, ou seja, de todo o litoral do município, não apenas para as atividades relacionadas ao Cyclone 4, como também no sentido de reservar áreas para futuros empreendimentos ligados ao mercado aero-espacial²⁶. Principalmente três povoados do litoral²⁷ passam a se defrontar diretamente com engenheiros e outros funcionários dessas empresas, começaram a circular em suas áreas.

Diante do avanço das empresas, observamos reações distintas, de parte de famílias desses povoados, no tocante ao intrusamento de seus territórios e à relação com aqueles funcionários.

Num primeiro caso, no povoado 1, os funcionários não chegaram sequer a se aproximar do núcleo de casas, pois o presidente da associação de moradores se reuniu com um grupo de homens e fez com que voltassem de onde estavam, na área de praia que circunda o povoado.

No segundo caso, o do povoado 2, rompendo com a posição dos mediadores, inclusive com os pesquisadores – antropólogos e estudantes – que pesquisam na área, com religiosos que os apóiam e também com seus vizinhos mais próximos, as famílias houveram por bem estabelecer o que chamam de “negociação” com as empresas. Foram procuradas por altos funcionários da ACS e da ATECH, que lhes prometeram benefícios por meio da implantação de infra estrutura (energia elétrica, telefone, água e estrada) e empregos imediatos. Várias pessoas do povoado passaram a se empregar temporariamente com as sub-contratadas dessas empresas para serviços de guias na área, de desmatamento, de serviços domésticos, como lavagem de roupa e preparação de comidas²⁸. Nesse povoado, portanto, as empresas se fizeram presentes sem problemas e maiores conflitos e os mediadores, até então reconhecidos como

²⁶ Para mais detalhes a esse respeito ver PAULA ANDRADE & SOUZA FILHO, 2008.

²⁷ A omissão dos nomes desses lugares é proposital, por questões éticas.

²⁸ Não vem ao caso analisar aqui as estratégias de que se utilizaram os funcionários dessas empresas em sua aproximação com as famílias, procurando dirigir-se a pessoas indicadas por vereadores e funcionários da Prefeitura e não àqueles formalmente constituídos como representantes da associação de moradores. Este é um tema para outro trabalho já em andamento.

representantes de todos os *quilombolas* do município, assim como os pesquisadores, que apoiavam as ações de resistência contra essas empresas, foram avisados para não se apresentar no povoado.

Na outra situação se encontra um povoado vizinho ao povoado 2, que chamaremos povoado 3. Neste povoado, alguns funcionários das empresas, sobretudo engenheiros, já haviam estabelecido relações comerciais com alguns famílias que mantêm pequenos comércios no lugar. Nesse momento, esses técnicos passam a exercer o papel de mediadores entre as famílias e a direção das empresas, que por sua vez têm conexão direta com ministérios, tendo alguns de seus diretores, muitas vezes, sido ministros de estado²⁹. Ou seja, nesse momento, as tarefas de mediação entre as instituições nacionais e até mesmo supra-nacionais, é realizada por técnicos que se apresentam nesses lugares como pessoas que “apenas querem realizar o seu trabalho”. Desta forma, parte dos moradores do povoado 3 recebem esses novos agentes, que ali comparecem para fazer compras, conversar informalmente. O conflito se inicia quando, não respeitando as fronteiras físicas entre povoados, as empresas com suas máquinas³⁰, sediadas no povoado 2, passaram a penetrar no povoado 3, devastando babaçuais, destruindo lavouras, ameaçando de destruição as cabeceiras do rio que serve as famílias. Nesse momento, em um ato repentino e não esperado pelos mediadores que até então se tinham alçado à condição de porta-vozes dos *quilombolas* do município, as famílias se reúnem e interrompem o trabalho das máquinas, obrigando-as a parar durante meses e meses enquanto se movimentavam outras instituições nacionais, como o IBAMA, o Ministério Público, o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Essa resistência terminou determinando o estabelecimento de um acordo judicial em que a empresa ACS concordava em recuar para dentro dos 8700 hectares já detidos pelos militares e sob controle do CLA.

²⁹ O Sr. Roberto Amaral, presidente da Alcântara Cyclone Space, foi ministro de ciência e tecnologia e ocupa também, em alguns momentos, a presidência do PSB – Partido Socialista Brasileiro. Deputados federais ligados a esse partido ou a seus aliados, tem se movimentado na Câmara e em outras instâncias do executivo federal, no sentido de propagar a incompatibilidade da existência dos quilombolas em seus territórios e o que tem sido classificado como “desenvolvimento do país”, “interesse nacional” e “progresso” dessas próprias comunidades.

³⁰ Naquele momento as empresas alegam ao Procurador da República no Maranhão que estavam realizando trabalhos de “pré-engenharia”. Cf. PAULA ANDRADE, M. & SOUZA FILHO, B. op.cit

A resistência dessas famílias surpreendeu os mediadores que vinham anunciando e agindo no sentido do estabelecimento das chamadas “ações compensatórias”, tomando por irreversível a expansão do CLA em todo o litoral do município.

A ação direta de enfrentamento das máquinas das empresas corresponde também, à dinâmica da própria rede de mediadores, envolvendo antropólogos, ecólogos, advogados, estudantes, religiosos, mas não se pode dizer, igualmente, que até mesmo esses agentes, tenham deixado de se surpreender com a firmeza da negativa das famílias em permitir que as empresas dessem continuidade a seus trabalhos.

4. Considerações Finais

No caso dos *quilombolas*, agentes sociais que não podem se fazer ouvir por si próprios, que não têm lugar de cidadãos plenos na sociedade brasileira, desprovidos de capital cultural, de informações, de acesso às instituições nacionais, é patente que passam a existir a medida que constituem representantes, porta vozes³¹ ..

Para sair da existência atomizada devem constituir o porta voz, de modo a aceder à condição de sujeito coletivo. Esse porta-voz deve sua existência à necessidade da objetivação desse novo sujeito coletivo em movimentos, organizações, associações várias, que por sua vez os nomearam como mandatários. Só através dele os *quilombolas* passem a existir como pessoa moral, como agentes sociais. Para que sua existência seja reconhecida, além dos representantes que falam por ele, há ainda o especialista reconhecido oficialmente como capaz de reafirmar, de acordo com os cânones da ciência, a condição de *quilombola* do grupo e, como se não bastasse, o grupo deverá

³¹ A este respeito afirma Bourdieu (1984, p. 50): “Plus les gens sont dépossédés, culturellement surtout, plus elles sont contraints et enclins à s’en remettre à des mandataires pou avoir une parole politique. En fait, les individus à l’état isolé, silencieux, san parole, n’ayant ni la capacité ni le pouvoir de se faire écouter, de se faire entendre, son placés devant l’alternative de se taire ou d’être parlés”

estar inscrito em uma instituição oficial, cadastrado como sujeito coletivo e, assim, receber a chancela que lhe permitirá ter reconhecido seu território pelo Estado Brasileiro.

Em vários dos momentos de seu processo de resistência, algumas comunidades assumem papel de destaque, passando a desempenhar papéis especializados no tocante ao todo maior (o território étnico de Alcântara), conforme cada momento do enfrentamento do Estado Brasileiro, seja ele representado pela Agência Espacial Brasileira, a Infraero, a direção do Centro de Lançamento de Alcântara, a Casa Civil, a ACS, diferentes ministérios e órgãos por meio dos quais se dá a manifestação do poder público.

Deste modo, no momento do remanejamento, nos anos 80, as famílias remanejadas para as *agrovilas*, representadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais assumiram a frente da resistência, promovendo atos de enfrentamento, negociando com a Aeronáutica e estabelecendo acordos. Nas etapas que se sucederam, após a consolidação do remanejamento e todas as conseqüências socialmente trágicas para aquelas famílias, a resistência foi se deslocando para outras áreas do município e sendo assumida por aquelas residentes em locais que ainda deveriam ser objeto de implantação de novos sítios de lançamento. As comunidades do litoral e aquelas que deveriam receber os futuros remanejados, conforme planejamento da Agência Espacial Brasileira, passaram a ser o foco da resistência, registrando-se um deslocamento geográfico dos enfrentamentos. Outro foco paralelo de embates se observou de parte daqueles que já haviam sido remanejados décadas atrás e que buscavam se reapropriar de suas antigas terras, estabelecendo roçados nas áreas açambarcadas pela Aeronáutica, mas o grande embate com os militares e com outros aparatos de Estado passou a girar em torno da tentativa de expansão do Centro de Lançamento de Alcântara e de instalação de sítios de lançamento para aluguel a outros países em todo o litoral do município.

Nesse momento, comunidades do litoral passam a se insurgir contra seus antagonistas sem necessariamente passar pelo controle dos porta-vozes colocados no município, na capital ou mesmo em Brasília. Fizeram a tentativa de negociar diretamente com as empresas, resistindo e obrigando as máquinas

a parar, reação esta que obriga um recuo do empreendimento daquela binacional para dentro da área já controlada pelos militares. Tentando negociar diretamente com essas empresas, ou empreendendo ações diretas de embargo dos trabalhos da ACS, parecem ter prescindido dos mediadores, dos porta-vozes naquele momento. Isto é possível porque o próprio campo da mediação está em constante movimento e transformação. Sendo assim, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais voltou a assumir o papel de porta-voz dos *quilombolas* de Alcântara, movimento que não se fez, igualmente, sem o apoio e a assessoria, e portanto, sem a mediação, de uma série de profissionais colocados em distintas organizações.

O próprio fato de estar redigindo este texto neste momento nos coloca dentro desse campo dinâmico e complexo e indica que não deixamos de assumir uma posição nele. As questões, as contradições, resultantes da inserção, como intelectuais, nesse campo, estão totalmente em aberto para discussão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. de. “Universalização e Localismo – movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia”. CESE Debate, nº 3, ano IV, Salvador: CESE, 1994.

_____. *Terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA /UFAM, 2006 a.

_____. “Quilombos: sematologia face a novas identidades”, in: *Frechal-Terra de Preto - quilombo reconhecido como reserva extrativista*, São Luís: PVN/SMDDH/CCN, 1996.

_____. “Quilombos: tema e problema”, in: *Jamary dos Pretos - terra de mocambeiros*. São Luís: PVN/CCN/SMDDH, 1998a.

_____. “Os quilombos e as novas etnias” – é necessário que nos libertemos da definição arqueológica”, 1998b.

_____. Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara - laudo antropológico. Brasília: MME/MDA/MDS, 2006 b.

BIERSCHENK, Thomas. “Anthropologie et développement. historiciser e localiser les approches”. In: *The Working Papers*. Mainz: Institut für Ethnologie und Afrikastudien Johannes Gutenberg-Universität, 2008.

BOURDIEU, P. “La Délégation et le Fetichisme Politique”. *Actes de la Recherche en Sciences sociales* n.º52/53, 1984.

_____. “Les finalitats de la sociologia reflexiva (el seminari de Chicago)”. In: BOURDIEU, P. & WACQUANT, Loïc J.D. *Per a una sociologia reflexiva*. Barcelona: Herder, 1994, pp.45-177

BURAWOY, Michael. Por uma sociologia pública. In: *Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais*, n.25, outubro de 2006, p. 9-50.

CANTANHEDE FILHO, A. *Aquí nós somos pretos: um estudo de etnografias sobre negros rurais no Brasil*. Dissertação de mestrado em antropologia social. Brasília:UnB, 1996.

CARVALHO MARTINS,C. *Os trabalhadores rurais de Cajueiro e o Centro de Lançamento de Alcântara - ação oficial e a transformação compulsória de um campesinato de terras de uso comum em campesinato parcelar*. Monografia de conclusão de graduação. São Luís: Curso de Ciências Sociais/ UFMA, 1994.

CHAMPAGNE, P. et alli. *Introdução à Prática Sociológica*. São Paulo: Vozes, 1998, pp 85-88.

ESCOBAR, Arturo. “El Lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o posdesarrollo”. In: Viola, Andreu (comp.) **Antropología del desarrollo. Teorías y estudios etnográficos en América Latina**. Barcelona :Paidós, 2000. pp.169-216

FERNANDES, C.A *Remanejamento compulsório de segmentos camponeses – o caso do Centro de Lançamento de Alcântara*. Relatório de pesquisa apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão. São Luís. Ufma. 1993. 225 pág. Mimeo

Caracterização Geral das Terras de Preto do Município de Alcântara. Relatório apresentado à Fundação Palmares. São Luís. MPP.UFMA. 1998

LENOIR, R. “Objeto Sociológico e Problema Social”, in Champagne, P. et alii. *Introdução à Prática Sociológica*. São Paulo: Vozes, 1998.

LIMA, Deborah e POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. In: **Estudos Avançados**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 45

LINHARES, L.F do. *Terra de Santíssima: da desagregação dos engenhos à formação do campesinato e suas novas frentes de luta*. São Luís:PPGPP/UFMA, 1999.

“Quilombos no Brasil: os conflitos em busca da inclusão”. In: *Direitos Humanos Negro e Educação*. Uberaba: Intergraf, 2003.

LINS RIBEIRO, G & FELDMAN-BIANCO, B. “Introdução”. In: *Antropologia e Poder- contribuições de Eric Wolf*. São Paulo: Ed. UnB/Unicamp, 2003, pp. 11-55

MATOS CARVALHO, S. *Remanescentes de quilombos- uma análise das relações de poder acionadas em torno de conflitos sociais de caráter étnico*. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas . São Luís:PPGPP/ UFMA, 2001

MOURÃO, Laís. *O Pão da Terra – propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental Maranhense*. São Luís: EDUFMA, 2007.

OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. *Anthropologie et développement: Essai en socio-anthropologie du changement social*. Paris/Marseille: Karthala/APAD, 1995.

PAULA ANDRADE, Maristela e SOUZA FILHO, Benedito (orgs). *Fome de Farinha – deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara*. São Luís:Edufma, 2006.

“Impactos dos trabalhos desenvolvidos pela ATECH/CS sobre s populações tradicionais da região de Alcântara, MA”- Informação técnica à Procuradoria da República no Estado do Maranhão. São Luís, 2008, mimeo.

PAULA ANDRADE, Maristela de. “De pretos, negros, quilombos e quilombolas – notas sobre a ação oficial junto a grupos classificados como remanescentes de quilombos”. In: *Boletim da Rede Amazônia*,ano 2, nº1, 2003, pp. 37-47

PLOEG, Jan Douwe van der. “Sistemas de conocimiento, metáfora y campo de interacción: el caso del cultivo de patata en el altiplano peruano”. In: Viola, Andreu (comp.) *Antropologia del Desarrollo – teorías y estudios etnográficos em América Latina*. Barcelona: Paidós, 2000.

PRADO, Regina. *Todo Ano Tem – a festa na estrutura social camponesa*. São Luís:EDUFMA, 2007.

SARMENTO, D. “A garantia do direito à posse dos remanescentes de quilombos antes da desapropriação”. IN: <http://www.cpisp.org.br/>. Visitado em 04 de setembro de 2007

SILVA, F.P. de. *Terra de preto – quilombo?* Monografia de conclusão de graduação. São Luís. Curso de Ciências Sociais/ UFMA, 2001.

_____*A comunidade dos pretos do Castelo.* Dissertação de mestrado em ciências sociais. São Luís: PPGCS/ UFMA. 2005

SYLVERMAN, S. "Patronage and Community-nation relationships in central Italy". In: SCHMIDT, S.W. et alli.(Eds.). *Friends, Followers and Factions. A Reader in political clientelism.* Berkeley, University of California Press, 1977.

SOUZA FILHO, B. *Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum.* Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Belém: PPGAS/UFPA, 1998.

WOLF, E. *Guerras Camponesas no século XX.* São Paulo: Global Editora, 1984.

_____*Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México".* In: LINS RIBEIRO, G & FELDMAN-BIANCO, B. (orgs). *Antropologia e Poder- contribuições de Eric Wolf.* São Paulo: Ed. UnB/Unicamp, 2003, pp 73-91.